

Alelo Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações Financeiras em
31 de Dezembro de 2023



Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022	7
Demonstrações dos resultados dos exercícios	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	12
1. Contexto operacional	12
2. Base de preparação	12
3. Principais práticas contábeis	13
4. Caixa e equivalentes de caixa	23
5. Instrumentos financeiros	23
6. Contas a receber, líquido das perdas esperadas	25
7. Impostos a recuperar	27
8. Despesas antecipadas	27
9. Outros créditos	28
10. Depósitos judiciais	28
11. Imobilizado	29
12. Intangível	30
13. Fornecedores	31
14. Contas a pagar operacionais	31
15. Obrigações com portadores	31
16. Programa de incentivo a vendas	31
17. Salários e encargos	32
18. Impostos e contribuições a recolher	32
19. Outras contas a pagar	32
20. Partes relacionadas	33
21. Remuneração pessoal chave da Administração	34
22. Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis	34
23. Arrendamento mercantil	35
24. Patrimônio líquido	37
25. Imposto de renda e contribuição social	38
26. Receita líquida	39
27. Custos	39
28. Despesa com pessoal	40
29. Despesas gerais e administrativas	40
30. Outras receitas / (despesas)	40
31. Resultado financeiro	41
32. Gestão de Riscos	41
33. Transações não-caixa	44
34. Cobertura de seguros	44
35. Regulamentações do Banco Central do Brasil (BACEN)	44
36. Eventos subsequentes	44

Relatório da Administração

À Acionista,

Atendendo às disposições legais e societárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Alelo Instituição de Pagamento S.A. ("Alelo"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Diante de um cenário desafiador devido a maior competição no mercado de benefícios, a Alelo vem respondendo de forma resiliente com crescimento do volume movimentado, diversificação do nosso portfólio, aprimoramento da experiência e entrega de valor aos nossos clientes.

No exercício, a Alelo registrou lucro líquido de R\$ 391,6 milhões, patrimônio líquido de R\$ 860,6 milhões e ativos totais de R\$ 8,1 bilhões.

Deste resultado, a Alelo alocou para a distribuição de dividendos, o montante previsto no Estatuto Social, correspondente a 25% do lucro líquido.

A Alelo continuará a perseguir em 2024 o fortalecimento de sua posição dos seus negócios centrais bem como investimentos estratégicos de diversificação, com constante foco na experiência e satisfação dos diferentes clientes.

Dessa maneira, Alelo tem investido em proporcionar flexibilidade aos empregadores, portadores e estabelecimentos comerciais em suas soluções de benefícios, bem como inovar na cadeia de mobilidade através da solução Veloe, apoiada em novas tecnologias.

Ao encerrarmos o exercício social de 2023, registramos os agradecimentos da Administração aos nossos colaboradores, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores, parceiros e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados.

A Administração.

Barueri, 28 de março de 2024.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao

Acionista, ao Conselho de Administração e aos Administradores da

Alelo Instituição de Pagamento S.A.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Alelo Instituição de Pagamento S.A. (“Sociedade” ou “Alelo”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alelo Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

Alelo Instituição de Pagamento S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022		Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO				PASSIVO			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.050.796	2.805.772	Fornecedores	13	76.533	56.494
Instrumentos financeiros	5.a	-	149.740	Contas a pagar operacionais	14	3.723.319	3.499.765
Contas a receber	6	851.575	3.592.347	Obrigações com portadores	15	2.619.474	2.450.409
Impostos a recuperar	7	33.622	15.108	Programa de incentivo a vendas	16	33.806	10.112
Despesas antecipadas	8	83.054	74.361	Salários e encargos	17	94.651	90.288
Outros créditos	9	120.970	139.043	Impostos e contribuições a recolher	18	66.769	53.760
Total ativo circulante		7.140.017	6.776.371	Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis	22	9.574	6.693
				Dividendos a pagar	24.e	97.901	83.613
Instrumentos financeiros	5.a	161.067	-	Passivo de arrendamento mercantil	23	4.844	4.958
Despesas antecipadas	8	2.660	21.963	Outras contas a pagar	19	354.779	185.496
Depósitos judiciais	10	66.481	60.543	Total passivo circulante		7.081.650	6.441.588
Ativo fiscal diferido	25.b	118.220	86.507	Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis	22	79.623	67.872
Imobilizado	11	18.816	23.553	Salários e encargos	17	8.777	4.541
Intangível	12	556.101	486.610	Passivo fiscal diferido	25.b	30.703	27.586
Total ativo não circulante		923.345	679.176	Outras contas a pagar	19	264	166
				Passivo de arrendamento mercantil	23	1.746	4.960
				Total passivo não circulante		121.113	105.125
				Capital social	24.a	472.414	472.414
				Reserva legal	24.b	94.483	94.483
				Reserva de retenção de lucros	24.c	293.702	-
				Reserva de expansão	24.d	-	341.937
				Total do patrimônio líquido		860.599	908.834
Total do Ativo		8.063.362	7.455.547	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		8.063.362	7.455.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alelo Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações dos resultados dos exercícios

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita líquida	26	2.431.590	2.210.976
Custos	27	<u>(835.016)</u>	<u>(680.685)</u>
Lucro bruto		<u>1.596.574</u>	<u>1.530.291</u>
Despesa com pessoal	28	(438.355)	(393.118)
Gerais e administrativas	29	(617.166)	(452.239)
Outras receitas / (despesas)	30	<u>(35.778)</u>	<u>(4.421)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		<u>505.275</u>	<u>680.513</u>
Receitas financeiras	31	496.474	319.909
Despesas financeiras	31	<u>(414.990)</u>	<u>(524.068)</u>
Lucro antes dos impostos		<u>586.759</u>	<u>476.354</u>
Impostos correntes	25.a	(223.752)	(148.876)
Impostos diferidos	25.a	<u>28.596</u>	<u>6.972</u>
Lucro líquido dos exercícios		<u>391.603</u>	<u>334.450</u>
Lucro líquido básico por ação (em R\$)		195,801	167,225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alelo Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado líquido dos exercícios	391.603	334.450
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>391.603</u>	<u>334.450</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alelo Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucro dos exercícios	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de expansão		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		472.414	94.483	-	229.340	-	796.237
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	334.450	334.450
Dividendos adicionais		-	-	-	(138.240)	-	(138.240)
Destinação do lucro líquido:							
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	(83.613)	(83.613)
Reserva para expansão		-	-	-	250.837	(250.837)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		472.414	94.483	-	341.937	-	908.834
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	391.603	391.603
Dividendos adicionais		-	-	-	(341.937)	-	(341.937)
Destinação do lucro líquido:							
Dividendos obrigatórios	24.e	-	-	-	-	(97.901)	(97.901)
Reserva de retenção de lucros	24.c	-	-	293.702	-	(293.702)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		472.414	94.483	293.702	-	-	860.599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alelo Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido dos exercícios		391.603	334.450
Depreciações e amortizações	29	133.722	101.445
Provisão para perdas esperadas		(1.372)	(4.633)
Atualização programa de incentivo a vendas		(34.530)	(59.047)
Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis		14.632	9.869
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.a	(28.596)	(6.972)
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		(5.021)	(2.604)
Resultado de bens de uso baixados		-	7.062
Juros sobre instrumentos financeiros		17.225	19.462
Juros sobre arrendamento mercantil	23	704	153
(Aumento)/redução dos ativos e passivos operacionais			
Instrumentos financeiros		(28.552)	(38.899)
Contas a receber		2.742.144	(450.683)
Imposto a recuperar		(18.514)	999
Despesas antecipadas		10.610	14.678
Depósitos judiciais		(5.938)	(5.241)
Outros créditos		18.073	(46.023)
Fornecedores		20.039	1.529
Contas a pagar operacionais		223.554	651.669
Obrigações com portadores		169.065	174.234
Programa de incentivo a vendas		58.224	48.281
Salários e encargos		8.599	16.425
Impostos e contribuições a recolher		144.215	95.993
Impostos pagos		(131.206)	(77.501)
Outras contas a pagar		169.381	69.518
Arrendamento mercantil		(6.673)	(14.445)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		3.861.388	839.719
(Aumento)/redução nas atividades de investimentos			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado e intangível	11 e 12	(196.742)	(183.934)
Alienações ao imobilizado e intangível	11 e 12	907	678
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento		(195.835)	(183.256)
Aumento/(redução) nas atividades de financiamento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(425.550)	(183.786)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		(425.550)	(183.786)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		3.240.003	472.677
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial		2.805.772	2.330.491
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		5.021	2.604
Saldo final		6.050.796	2.805.772
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		3.240.003	472.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Alelo Instituição de Pagamento S.A. (“Sociedade” ou “Alelo”), é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil controlada pela Elo Holding Financeira S.A. (“EloH”), que tem como acionistas controladores finais o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A. O endereço do escritório da Sociedade é Alameda Xingu, nº 512 - 3º, 4º e 16º andares, edifício “Condomínio Evolution Corporate” - Barueri, São Paulo.

A Sociedade foi constituída em 17 de setembro de 2001 e iniciou suas atividades operacionais em 1º de fevereiro de 2003, tendo como objetivo a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamento e cartões pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores referentes aos benefícios de alimentação e refeição, mobilidade urbana através de meios eletrônicos, tais como: tarja magnética, *smart cards* e outros; desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; e a implantação, administração e prestação de serviços de programas promocionais, mediante oferecimento e administração de programas de incentivo, fidelização e/ou bonificação de vendas, meios de pagamentos via “*tag*” e plataforma de pedidos.

2. Base de preparação

2.a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2024.

2.b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas.

- Valor justo das aplicações financeiras: é determinado com base em modelos matemáticos e em dados observáveis divulgados por fontes de mercado externas (e/ou não observáveis determinados com base nas melhores expectativas determinadas pela Administração da Sociedade). Vide nota explicativa nº 5;
- Cálculo da provisão para perdas esperadas de contas a receber e outros créditos: é baseado nas informações históricas de perdas e ajustado para expectativas futuras de determinados índices que afetam a inadimplência das carteiras. Vide nota explicativa nº 6;
- Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. Vide nota explicativa nº 25.b;

- Reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. Vide nota explicativa nº 22;
- Realização do crédito tributário: é determinada com base na expectativa de geração de lucro tributável futuro, o qual é baseado em expectativas definidas pela Administração da Sociedade. Vide nota explicativa nº 25.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

2.d. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

A seguinte alteração e interpretação das normas contábeis que foram publicadas pelo CPC, não resultaram em impacto para as demonstrações financeiras da Sociedade:

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

A Sociedade não espera impacto relevante na adoção dessas alterações.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que apresentam liquidez diária e vencimentos de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feitos de forma antecipada, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

3.b. Instrumentos financeiros

3.b.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.b.2 Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado (CA); ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- quando os termos contratuais geram, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto *Solely Payments of Principal and Interest* (“SPPI”).

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Sociedade pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Sociedade realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Sociedade.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que, também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receitas de dividendos, é reconhecido no resultado;
- Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado;
- Instrumentos de dívida a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros é calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado;
- Instrumentos patrimoniais a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.b.3 Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Sociedade nem transfere, nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.b.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.c. Despesas antecipadas

Despesas antecipadas, compreendem as despesas pagas antecipadamente que serão consideradas como custos ou despesas no decorrer do exercício seguinte. Devem ser contabilizados nessa conta os valores correspondentes a prêmios de seguros, contratos de manutenção, campanhas por um período determinado, entre outros valores correlatos sempre que forem pagos antecipadamente.

3.d. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Instalações	10 anos
Móveis equipamentos de uso	10 anos
Sistema de comunicação	5 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos
Software e licenças de uso	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5 anos
Direitos de uso sobre bens	3 a 6 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.e. Intangível

Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Os métodos de amortização e as vidas úteis dos ativos são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Projetos – Desenvolvidos internos (Lei 11.638/07- CPC 04 (R1))	5 anos
Software e licenças	5 anos

3.f. Ágio (*goodwill*)

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

A Sociedade mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida;
- O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida, mas se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição, menos o montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos;
- Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com a compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Os custos de transação, que a Sociedade incorre em conexão com a combinação de negócios, são registrados no resultado conforme incorridos.

Até 31 de dezembro de 2008, os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as projeções quanto à expectativa de recuperação dos intangíveis/ágio nas operações indicam que nenhuma provisão para perda é requerida.

3.g. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

3.g.1. Ativos financeiros

Instrumentos financeiros e contas a receber

A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- contas a receber.

As provisões para perdas com contas a receber são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A Sociedade considera um ativo financeiro como inadimplente quando o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor; e
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Sociedade não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

3.g.2 Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Sociedade revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

3.h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(i) Impostos correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto, onde seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

3.i. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- **Passivos contingentes** - são classificados como passivos contingentes prováveis, quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação;

- **Obrigações legais** - As obrigações legais classificadas como prováveis são devidamente provisionadas.

3.j. Reconhecimento da receita operacional

As receitas da Sociedade são compostas substancialmente pelos seus produtos de vale alimentação, vale refeição e vale transporte.

- **Receita adquirente**

Referem-se às tarifas e taxas cobradas dos estabelecimentos comerciais pela utilização dos cartões Alelo, tais como comissão, anuidade e tarifas. As mesmas são cobradas e reconhecidas nas liquidações aos estabelecimentos comerciais.

- **Receita emissor**

Referem-se substancialmente a tarifas cobradas no processo de emissão de cartões e/ou na disponibilização dos benefícios. São cobradas na fatura dos clientes e reconhecidas quando ocorrem os recebimentos dos pagamentos.

- **Receita de comissão de vendas**

Referem-se substancialmente aos serviços de intermediação prestados pela Alelo e cobrados dos seus parceiros pela captação/indicação de clientes, e o reconhecimento é realizado por competência.

Todas as receitas da Sociedade, observam o modelo de 5 etapas para o reconhecimento, conforme descrito abaixo:

- Identificar o contrato com o cliente;
- Identificar as obrigações de desempenho no contrato;
- Determinar o preço das transações;
- Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho;
- Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando o mesmo obtém o controle dos bens e serviços.

3.k. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem substancialmente: (i) receitas de juros; (ii) despesas de juros; (iii) eventuais receitas de dividendos; (iv) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.l. Outras receitas/(despesas) operacionais

As receitas e despesas líquidas são apuradas pelo regime de competência.

3.m. Arrendamento mercantil

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

A Sociedade aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

Os ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento da Alelo incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência), menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta, a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Sociedade estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Arrendamento de curto prazo e baixo valor

A Sociedade aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

3.n. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa		
Caixa e bancos	121.692	99.157
Moeda estrangeira (a)	34.290	43.350
Equivalentes de caixa		
Fundos de investimentos (b)	5.637.936	2.513.124
Certificado de depósito bancário (c)	256.878	150.141
Total	<u>6.050.796</u>	<u>2.805.772</u>

(a) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX de venda do último dia útil do exercício.

(b) A Sociedade possui aplicação com partes relacionadas através de fundos de investimentos não exclusivos, administrados pelo Banco Bradesco S.A. e BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que possuem liquidez diária. As cotas dos fundos de investimentos foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês.

(c) O certificado de depósito bancário (CDB) está classificado no curto prazo, uma vez que as operações foram efetuadas com o propósito de serem ativa e frequentemente negociadas e apresentam liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate.

Substancialmente, os saldos de caixa e equivalentes de caixa foram realizados com partes relacionadas.

5. Instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros

	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
	Acima de 365 dias	Custo amortizado	Custo amortizado
Títulos privados			
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	-	13
Letras financeiras - LF (a)	162.222	162.222	150.393
(-) Perda esperada	(1.155)	(1.155)	(666)
Total	<u>161.067</u>	<u>161.067</u>	<u>149.740</u>
Circulante		-	149.740
Não circulante		161.067	-

(a) Em maio de 2023, houve aquisição de LF, com vencimento em maio de 2025. O saldo de 2022 foi totalmente liquidado.

b) Ativos e Passivos financeiros - Classificação

Ativos financeiros	Classificação	Nível	31/12/2023		31/12/2022	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Letras financeiras	CA	Nível 2	162.222	161.067	150.393	149.727
Letras financeiras do tesouro - LFT	VJR	Nível 2	-	-	13	13
Certificado de depósito bancário - CDB's	VJR	Nível 2	256.878	256.878	149.128	149.128
Fundos de investimentos	VJR	Nível 2	5.637.936	5.637.936	2.513.124	2.513.124
Contas a receber	CA	Nível 2	871.969	851.575	3.614.602	3.592.347
Mútuo a receber	VJR	Nível 2	-	-	7.903	7.903
Total de Ativos financeiros			6.929.005	6.907.456	6.435.163	6.412.242

Passivos Financeiros	Classificação	Nível	31/12/2023		31/12/2022	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	CA	Nível 2	76.533	76.533	56.494	56.494
Contas a pagar operacionais	CA	Nível 2	3.723.319	3.723.319	3.499.765	3.499.765
Obrigações com portadores	CA	Nível 2	2.619.474	2.619.474	2.450.409	2.450.409
Programa de incentivo a vendas	CA	Nível 2	33.806	33.806	10.112	10.112
Passivo de arrendamento mercantil	CA	Nível 2	6.590	6.590	9.918	9.918
Outras contas a pagar	CA	Nível 2	355.043	355.043	185.662	185.662
Total de Passivos financeiros			6.814.765	6.814.765	6.212.360	6.212.360

A tabela acima classifica os ativos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação.

Nível 1: o valor justo dos ativos negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Nível 2: o valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificado de depósito bancário) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

Nível 3: se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação usadas para determinar os valores justos

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros incluem:

Nível 2

- O uso de preços de mercado cotados ou cotações de distribuidores para instrumentos semelhantes, se aplicável;
- Para outros instrumentos financeiros é realizada análise de fluxo de caixa descontado.

Nível 3

- Não existem informações de precificação observáveis em mercado ativo. São utilizados critérios de precificação a partir de modelos matemáticos conhecidos no meio acadêmico e/ou através de governança específica com a participação de especialistas e processos internos estruturados.

6. Contas a receber, líquido das perdas esperadas

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber		
Clientes	846.349	3.258.657
Partes relacionadas (a)	25.620	355.945
(-) Provisão de perdas esperadas	(20.394)	(22.255)
Total	851.575	3.592.347
Circulante	851.575	3.592.347
Não circulante	-	-

(a) Refere-se substancialmente a valores a receber das empresas vinculadas ao BB Elo Cartões Participações S.A. e ao Banco Bradesco S.A. referentes ao pedido de recarga de benefícios nos cartões de seus colaboradores, vide nº 20.

A movimentação da perda esperada é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(22.921)	(27.143)
Acréscimos	(4.282)	(10.634)
Baixas	5.654	14.856
Saldo final	(21.549)	(22.921)

Os valores do quadro acima são compostos pelos provisionamentos relacionados à Contas a Receber de Clientes, Contas a Receber de Partes Relacionadas e Carteira de Instrumentos Financeiros.

Risco de crédito

O Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente falhe no cumprimento de suas obrigações de pagamento frente a acordos contratuais decorrentes de prazos comerciais concedidos, ou uma contraparte nas obrigações contratuais de um instrumento financeiro. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes, de partes relacionadas e de instrumentos financeiros da Sociedade.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito. A Sociedade conta com estrutura de gerenciamento de risco, vide nota explicativa nº 32.

Contas a receber e ativos de contrato

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada contraparte. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento por grupos de riscos identificados através de modelos internos.

A Sociedade conta com políticas e normas que estabelecem limites de exposição, diretrizes e condições para concessão de prazos comerciais e aprovações por exceções.

Modelos de apuração de perdas esperadas

Os modelos de riscos que apuram a provisão de perda esperada de clientes foram construídos com base nas diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, contam com revisões periódicas, no mínimo anuais, ou quando há alteração significativa nas variáveis do modelo.

As modelagens internas permitem a construção de uma matriz de perda esperada para cada grupo de risco e faixa de atraso, considerando as variáveis PD e LGD históricas da Sociedade.

Os índices de perda da matriz são apurados por meio de uso de método de rolagem com base na probabilidade de um saldo a receber avançar para estágios sucessivos de atraso até a baixa completa. As taxas de rolagem são calculadas de acordo com os grupos de riscos identificados na modelagem que apresentam características de risco de crédito comuns.

A EAD representa o valor de exposição ao risco de crédito na data de sua mensuração, e considera instrumentos de mitigação de riscos baseados e seguro garantia, e técnicas de *Override* para redução de valores recebidos e ainda não baixados.

O produto Veloe conta com modelo de apuração de provisão para perdas esperadas específico dado seu modelo de negócio direcionado a clientes de varejo.

As tabelas a seguir fornecem informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas.

	Saldo de exposição ao risco de crédito (a)	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
31 de dezembro de 2023			
A Vencer até 3 dias	907.121	0,23%	2.106
Vencido 4-30 dias	58.241	0,62%	359
Vencido 31-60 dias	5.015	3,07%	154
Vencido 61-90 dias	1.663	8,84%	147
Vencido 91-360 dias	6.499	22,28%	1.448
Vencido há mais de 360 dias	17.033	94,99%	16.180
Total	995.572		20.394
31 de dezembro de 2022			
A Vencer até 3 dias	2.981.293	0,10%	3.078
Vencido 4-30 dias	87.914	1,71%	1.505
Vencido 31-60 dias	2.947	2,07%	61
Vencido 61-90 dias	3.242	4,53%	147
Vencido 91-360 dias	5.290	15,88%	840
Vencido há mais de 360 dias	16.624	100,00%	16.624
Total	3.097.310		22.255

(a) Os valores desta tabela representam os ativos com exposição ao risco de crédito na avaliação da Administração - Mensuração por modelos internos.

A composição da provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes e ativos de contrato durante o ano estão representadas na tabela a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a receber	(20.394)	(22.255)
Instrumentos financeiros	(1.155)	(666)
Total	(21.549)	(22.921)

7. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	22.011	7.192
PIS e COFINS	11.611	7.916
Total	33.622	15.108
Circulante	33.622	15.108
Não circulante	-	-

8. Despesas antecipadas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contratos de manutenção (a)	73.122	70.392
Descontos comerciais (b)	7.776	24.789
Assinaturas e seguros	3.238	206
Serviços profissionais	1.578	937
Total	85.714	96.324
Circulante	83.054	74.361
Não circulante	2.660	21.963

(a) Referem-se, substancialmente, às despesas antecipadas com contratos de sustentação de serviços de TI, os quais serão diferidos durante a vigência dos contratos.

(b) Referem-se aos descontos concedidos a clientes de acordo com negociações comerciais, os quais serão diferidos ao longo da vigência do contrato.

9. Outros créditos

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a fornecedores (a)	98.622	106.232
Adiantamento a funcionários	17.631	18.883
Mútuos a receber (b)	-	9.332
(-) Ajuste a valor justo (b)	-	(1.429)
Outros créditos	4.717	6.025
Total	120.970	139.043
Circulante	120.970	139.043
Não circulante	-	-

(a) Refere-se substancialmente a adiantamento a fornecedor de seus produtos vale transporte e pré-pago.

(b) Em 30 de março de 2022, a Alelo firmou um contrato de mútuo com uma empresa de tecnologia, com vencimento em 20 de novembro de 2023. O mútuo concedido no valor de R\$ 9.000, foi desembolsado em duas parcelas semestrais de R\$ 4.500. O contrato prevê cláusula de opção de compra de ações pela contratante. Este mútuo foi avaliado a valor justo, de acordo com o CPC 48. Em 19 de outubro de 2023, a Sociedade optou por não exercer seus direitos sob Bônus de Subscrição, sendo o mútuo convertido em contrato de empréstimo.

10. Depósitos judiciais

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos fiscais	64.429	58.906
Depósitos trabalhistas	1.816	1.602
Depósitos cíveis	196	-
Bloqueio judicial	40	35
Total	66.481	60.543
Circulante	-	-
Não circulante	66.481	60.543

11. Imobilizado

	31/12/2023			31/12/2022
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	6.124	(3.224)	2.900	3.460
Móveis e equipamentos de uso	3.936	(1.900)	2.036	2.175
Sistemas de processamento de dados	16.496	(12.177)	4.319	5.050
Sistemas de comunicação	8.169	(5.657)	2.512	2.624
Outras imobilizações (a)	3.041	(2.044)	997	1.041
Direitos de uso sobre bens (Aluguéis e outros)	8.139	(3.907)	4.232	7.056
Direitos de uso sobre bens (Maquinários)	14.032	(12.212)	1.820	2.147
Total	59.937	(41.121)	18.816	23.553

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado é conforme segue:

	Taxa anual de depreciação	Saldo final 31/12/2022	Aquisições	Depreciação	Saldo final 31/12/2023
Instalações	10%	3.460	50	(610)	2.900
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.175	218	(357)	2.036
Sistemas de processamento de dados	20%	5.050	1.968	(2.699)	4.319
Sistemas de comunicação	20%	2.624	853	(965)	2.512
Outras Imobilizações (a)	20%	1.041	196	(240)	997
Direitos de uso sobre bens (Aluguéis e outros)	16,67%	7.056	280	(3.104)	4.232
Direitos de uso sobre bens (Maquinários)	33,33%	2.147	2.361	(2.688)	1.820
Total		23.553	5.926	(10.663)	18.816

(a) Refere-se a benfeitorias em bens de terceiros.

Não foram realizadas baixas no ativo imobilizado no período findo em 31 de dezembro de 2023. No exercício de 2022 foram realizadas baixas no montante líquido de R\$ 7.740, sendo R\$ 18.936 de custo e R\$ 11.196 de depreciação.

12. Intangível

	31/12/2023			31/12/2022
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software e licenças	92.540	(68.679)	23.861	36.007
Marcas e patentes	2.002	-	2.002	2.002
Projetos corporativos (a)	831.053	(335.677)	495.376	412.581
Carteira de clientes	1.262	(756)	506	757
Ágio - rentabilidade futura (b)	34.356	-	34.356	35.263
Total	961.213	(405.112)	556.101	486.610

A movimentação dos saldos do intangível é conforme segue:

	Taxa anual de amortização	Saldo final em 31/12/2022	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo final em 31/12/2023
Software e licenças	20%	36.007	1.437	-	(13.583)	23.861
Marcas e patentes	-	2.002	-	-	-	2.002
Projetos corporativos (a)	20%	412.581	192.020	-	(109.225)	495.376
Carteira de clientes	20%	757	-	-	(251)	506
Ágio - rentabilidade futura (b)	-	35.263	-	(907)	-	34.356
Total		486.610	193.457	(907)	(123.059)	556.101

(a) Desenvolvimentos de novos produtos, contabilizados em concordância com a legislação em vigor, e substancialmente referem-se aos projetos desenvolvidos internamente. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram realizados testes de *impairment* e não houve perda no valor recuperável do intangível.

(b) O saldo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 referem-se ao ágio da aquisição das empresas Smart, Internacional Voucher e Pede Pronto. O ágio fundamentado com expectativa de rentabilidade futura foi amortizado no prazo, com extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos, até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios com expectativa de rentabilidade futura não são amortizados, porém submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável, conforme o CPC 01. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram realizados testes de *impairment*, com base em estudos técnicos e não foram identificados indícios de perda no valor recuperável.

Em 30 de novembro de 2023 foi realizada a baixa no montante líquido de R\$ 907, sendo R\$ 2.721 de custo e R\$ 1.814 de amortização do ágio da empresa Internacional Voucher por descontinuidade operacional. Não foram realizadas baixas no intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

13. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - administrativo	76.216	53.668
Fornecedores - benefícios de folha	317	2.826
Total	76.533	56.494
Circulante	76.533	56.494
Não circulante	-	-

14. Contas a pagar operacionais

Os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados no passivo. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo corresponde a R\$ 3.723.319 (R\$ 3.499.765 em 31 de dezembro de 2022), liquidados em aproximadamente 20 dias.

15. Obrigações com portadores

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo é de R\$ 2.619.474 (R\$ 2.450.409 em 31 de dezembro de 2022) e corresponde às obrigações decorrentes dos benefícios creditados aos usuários dos cartões e ainda não utilizados por eles nos estabelecimentos comerciais, bem como às obrigações decorrentes dos benefícios de vale-transporte a serem entregues aos usuários. A liquidação dessas obrigações ocorre de acordo com a utilização do benefício pelo portador do cartão Alelo.

16. Programa de incentivo a vendas

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo é de R\$ 33.806 (R\$ 10.112 em 31 de dezembro de 2022) e refere-se ao comissionamento devido aos bancos sócios e parceiros sobre as vendas dos produtos Alelo. Envolve a aplicação de taxas sobre o montante total faturado de acordo com o produto e condições comerciais negociadas com os clientes. A liquidação ocorre trimestralmente após apuração do valor comissionado via emissão e pagamento de nota fiscal.

17. Salários e encargos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Gratificações	63.854	55.501
Provisão de férias	22.055	20.993
Encargos sociais	12.927	14.512
Outras obrigações trabalhistas	4.592	3.823
Total	103.428	94.829
Circulante	94.651	90.288
Não circulante	8.777	4.541

18. Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
COFINS	26.516	21.438
IR / CSLL	16.245	10.125
IRRF a recolher	10.894	11.029
PIS	5.640	4.564
Outros tributos a recolher	7.474	6.604
Total	66.769	53.760
Circulante	66.769	53.760
Não circulante	-	-

19. Outras contas a pagar

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Créditos a clientes (a)	213.351	113.289
Provisões de despesas gerais e administrativas	84.548	11.658
Provisão de custos dos serviços prestados	24.341	29.203
Contas a pagar partes relacionadas	10.079	5.089
Desenvolvimento, manutenção e suporte	9.508	7.562
Serviços profissionais	7.260	11.357
Provisões de <i>marketing</i>	4.061	5.597
Receita diferida	1.631	1.741
Outros pagamentos	264	166
Total	355.043	185.662
Circulante	354.779	185.496
Não circulante	264	166

(a) Referem-se, substancialmente, a adiantamentos de clientes, e devoluções de créditos a clientes.

20. Partes relacionadas

No curso habitual das atividades, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como saldos em conta corrente, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, dos bancos emissores controladores indiretos (Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradescard, BB Elo Cartões Participações S.A., e Elo Participações Ltda), acionista direto (Elo Holding Financeira S.A.) bem como empresas que os controladores e acionistas detêm participação acionária, tais como: Livelio S.A., Cielo S.A. – Instituição de Pagamento, Elo Serviços S.A. e Banco Digio S.A.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Caixa e equivalentes de caixa				
Banco Bradesco S.A.	5.129.895	385.656	2.073.151	166.798
Banco do Brasil S.A.	918.450	41.523	729.274	34.984
Banco Digio S.A.	-	-	-	4.530
Instrumentos financeiros				
Banco Bradesco S.A.	-	-	13	-
Contas a receber (a)				
Banco Bradesco S.A.	4.223	-	202.701	-
BB Elo Cartões Participações S.A.	-	-	43.085	-
Cielo S.A. – Instituição de Pagamento	4.025	-	76.931	-
Banco Digio S.A.	17.372	204.380	33.228	159.756
Programa de incentivo a vendas (b)				
Banco Bradesco S.A.	12.230	(110.472)	4.291	(84.266)
Banco do Brasil S.A.	-	(93.278)	(1.906)	(75.468)
Dividendos a pagar				
Elo Holding Financeira S.A.	(97.901)	-	(83.613)	-
Outras contas a pagar				
Banco Bradesco S.A.	(279)	(5.091)	(1.685)	(5.784)
Banco do Brasil S.A.	(318)	(3.689)	(701)	(2.278)
Cielo S.A. – Instituição de Pagamento	-	(50.935)	-	(53.617)
Elo Participações Ltda.	-	-	-	(7.800)
Elo Serviços S.A.	(64)	2.233	-	-
Livelio S.A.	(2)	-	-	-
Contas a pagar operacionais				
Banco Digio S.A.	(534.357)	-	(605.545)	-

(a) Refere-se a valores a receber de pedido de recarga de benefícios nos cartões Alelo.

(b) Valores referentes a programa de incentivo a vendas - PIV calculado de acordo com contratos firmados entre as partes e outras contas a pagar.

21. Remuneração pessoal chave da Administração

A remuneração dos Administradores inclui salários, benefícios de curto prazo e bônus de longo prazo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários e benefícios de curto prazo	16.268	14.559
Bônus de longo prazo	3.860	5.295
Total	<u>20.128</u>	<u>19.854</u>

22. Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

A natureza dos principais passivos contingentes são:

Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de horas extras, comissões e reflexos, indenizações e demais pedidos passíveis de serem discutidos no Poder Judiciário sob a ótica da Consolidação das Leis do Trabalho. A provisão desses casos é feita individualmente, sempre que a perda for avaliada como provável, de acordo com a liquidação dos pedidos elencados pelo ex-empregado no processo e alterada de acordo com o andamento do processo.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas, visando obter a indenização por danos materiais. A provisão desses processos é feita individualmente, considerando a análise de assessores jurídicos externos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais.

Obrigações legais – tributárias

A Sociedade é parte em ações que discutem a legalidade, constitucionalidade e recolhimento de alguns tributos e contribuições por meio de medidas judiciais ou administrativas, tais como: Pedido de Compensação; Auto de Infração; Ações Ativas para Garantir redução ou não incidência de tributo; Execuções Fiscais, as quais são classificadas e provisionadas de acordo com a “Norma Corporativa de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias”, realizadas por cada escritório de advocacia atuante no processo, baseadas no risco individualizado.

A composição das provisões referentes a estes processos, segue demonstrada no quadro abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Trabalhistas e previdenciárias	3.474	1.397
Tributárias	84.268	71.958
Cíveis	1.455	1.210
Total	<u>89.197</u>	<u>74.565</u>
Circulante	9.574	6.693
Não circulante	79.623	67.872

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está representada no quadro abaixo:

	Saldo inicial 31/12/2022	Adições	Baixas	Atualizações (a)	Saldo final 31/12/2023
Trabalhistas e previdenciárias	1.397	904	(1.688)	2.861	3.474
Tributárias	71.958	200	(1.637)	13.747	84.268
Cíveis	1.210	1.450	(2.208)	1.003	1.455
Total	74.565	2.554	(5.533)	17.611	89.197

(a) Refere-se a atualizações monetárias e atualizações processuais.

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificando as ações de acordo com a expectativa de perda.

Anualmente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, temos os seguintes montantes avaliados como risco de perda possível, sendo os mesmos não reconhecidos contabilmente:

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	7.051	4.407
Cíveis	3.655	2.664
Tributárias (a)	418.389	378.706
Total	429.095	385.777

(a) A Sociedade possui processos administrativos originados da lavratura de Autos de Infração e Imposição de Multa por parte das autoridades fiscais, que visavam cobrar supostos débitos de IRPJ e CSLL, relacionados ao período de fiscalização de 2014 a 2018. Além disso, em 2023, foram realizadas as atualizações dos valores estimados de risco, conforme Norma Corporativa de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias.

23. Arrendamento mercantil

A Sociedade arrenda o edifício onde está localizada. Esse arrendamento normalmente dura 5 anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustado a cada ano, baseados em alterações do índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA). E a periodicidade de pagamento da parcela do arrendamento é liquidada mensalmente.

A Sociedade arrenda equipamentos de TI com prazos de contratos de 3 anos. Para os contratos com prazo inferior e ou de baixo valor, a Sociedade optou por não reconhecer em ativos de bens de uso. Os pagamentos de arrendamentos possuem parcelas fixas e são liquidados mensalmente.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Sociedade é o arrendatário são apresentadas abaixo:

	Saldo final 31/12/2022	Adição/ constituição	Aluguéis	Juros	Saldo final 31/12/2023
Arrendamento mercantil	9.918	2.642	(6.674)	704	6.590
Total	9.918	2.642	(6.674)	704	6.590
Circulante	4.958				4.844
Não circulante	4.960				1.746

Opções de prorrogação

Os contratos de arrendamento possuem opção de renovação sem data limite estipulada para requerimento por parte da Sociedade observando somente que no vencimento do contrato vigente a Sociedade deverá devolver o espaço ou itens arrendados, objetos do contrato, em perfeito estado de conservação.

Taxas de desconto

A taxa de desconto considerada pela Sociedade com base no custo do dinheiro aplicado em CDI via projeção do cenário econômico de curto prazo para os prazos de seu contrato, ajustada à sua realidade e características do contrato de arrendamento. A tabela abaixo evidencia as taxas médias praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Contratos por ano e taxa média de desconto	Taxa % a.a.
Ano 2023	12,75%
Ano 2024	9,00%
Ano 2025	8,50%

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	7.124	6.590
PIS/COFINS potencial (9,25%)	659	610

24. Patrimônio líquido

24.a. Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 472.414 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 472.414 em 31 de dezembro de 2022), representado por 2.000.000 (dois milhões) de ações, sendo 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias e 1.000.000 (um milhão) de ações preferenciais.

A composição acionária da Sociedade em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é a seguinte:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade de ações	Participação %	Quantidade de ações	Participação %
Acionista				
Elo Holding Financeira S.A.	2.000.000	100%	2.000.000	100%
Total	2.000.000	100%	2.000.000	100%

24.b. Reserva legal

Representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A Sociedade poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder a 30% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não houve constituição da reserva legal, pois a mesma encontra-se no limite de 20% do capital social, totalizando o montante de R\$ 94.483.

24.c. Reserva de retenção de lucros

A Administração da Sociedade propôs a constituição de reserva de retenção de lucros de R\$ 293.702, referente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para fazer frente ao Orçamento de Capital da Sociedade, a ser aprovado pelos acionistas após a emissão das demonstrações financeiras.

24.d. Reserva de expansão

Os lucros não distribuídos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram destinados a Reserva de expansão no montante de R\$ 250.837. Em 6 de maio de 2023 foi realizado o pagamento de dividendos adicionais, consumindo o saldo total da reserva do ano de 2022.

24.e. Dividendos obrigatórios

Aos acionistas é garantido o direito a dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, conforme previsto no estatuto da Sociedade.

Em 28 de abril de 2023, a Assembléia Geral Ordinária aprovou o pagamento de dividendos no montante R\$ 425.550 (R\$ 183.786 em 31 de dezembro de 2022), sendo: (i) R\$ 83.613 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e (ii) R\$ 341.937 de dividendos adicionais referente ao exercício findo em 31 de dezembro 2022.

Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade registrou dividendos obrigatórios no montante de R\$ 97.901 (R\$ 83.613 em 31 de dezembro de 2022).

25. Imposto de renda e contribuição social

25.a. Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado	586.759	476.354
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	199.498	161.960
<u>Efeito no cálculo dos tributos:</u>		
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	4.975	3.355
Provisão para perdas do valor recuperável	27.680	7.449
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(28.596)	(6.972)
Participação nos lucros - funcionários	1.400	3.656
Provisão para despesas administrativas	26.910	(6.028)
Incentivos fiscais	(10.120)	(8.094)
IRPJ e CSLL - reversões de anos anteriores	(26.591)	(13.422)
Imposto de renda e contribuição social	195.156	141.904
Sendo:		
Impostos correntes	223.752	148.876
Impostos diferidos	(28.596)	(6.972)
Despesa contabilizada	195.156	141.904

25.b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição dos créditos diferidos	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Provisão para contingências tributárias	23.077	3.995	-	27.072
Provisão para contingências trabalhistas	475	706	-	1.181
Provisão para contingências cíveis	1.801	273	-	2.074
Provisão <i>Fee</i> - Visa / Elo	492	-	(38)	454
Provisão de participação nos lucros	17.894	1.784	-	19.678
Provisão administrativa	24.064	-	(900)	23.164
Provisão para perdas do valor recuperável	7.793	-	(1.031)	6.762
Provisão de receitas/descontos concedidos	1.182	24.715	-	25.897
Outros valores	9.729	2.209	-	11.938
Total dos créditos tributários	86.507	33.682	(1.969)	118.220
Prejuízo fiscal / Base negativa	-	-	-	-
Total dos créditos tributários	86.507	33.682	(1.969)	118.220
Ágio	(11.040)	-	952	(10.088)
Arrendamento mercantil	(11.796)	(2.191)	-	(13.987)
Atualização depósito judicial	(4.750)	(1.878)	-	(6.628)
Total dos passivos diferidos	(27.586)	(4.069)	952	(30.703)
Total líquido dos impostos diferidos	58.921	29.613	(1.017)	87.517

25.c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal

	Diferenças temporárias			Ágio			Total geral
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total	
Até 1 ano	66.609	24.711	91.320	-	-	-	91.320
Até 2 anos	1.436	517	1.953	-	-	-	1.953
Até 3 anos	199	72	271	-	-	-	271
Até 4 anos	199	72	271	-	-	-	271
Até 5 anos	2.787	1.003	3.790	-	-	-	3.790
Acima de 5 anos (a)	-	-	-	(7.418)	(2.670)	(10.088)	(10.088)
Total	71.230	26.375	97.605	(7.418)	(2.670)	(10.088)	87.517

A constituição do crédito tributário está suportada por estudo técnico e o valor presente em 31 de dezembro de 2023, calculado considerando a taxa Selic 11,75%, líquido dos efeitos tributários, o saldo corresponde a R\$ 85.798 (R\$ 56.760 em 2022).

(a) O montante de passivo diferido de R\$ 10.088 refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a rentabilidade futura do ágio, reconhecido na base de cálculo no período de 2010 a 2015, proveniente da aquisição de 100% das quotas representativas do capital social da empresa Smart Benefícios Ltda.

Todos os créditos tributários da Alelo foram devidamente ativados.

26. Receita líquida

As receitas da Sociedade são compostas substancialmente pelos seus produtos de vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte.

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de adquirentes	2.194.375	2.032.256
Receita de emissores	325.496	291.526
Receita de comissão de vendas	231.645	173.545
Impostos sobre serviços	(319.926)	(286.351)
Total	2.431.590	2.210.976

27. Custos

	31/12/2023	31/12/2022
Custo despesas com vendas	(386.458)	(245.749)
Custo captura e processamento	(201.906)	(189.753)
Custo manutenção e sustentação	(95.892)	(91.127)
Custo central de atendimento	(91.525)	(91.853)
Custo emissão e personalização	(32.425)	(28.766)
Custo implantações de novos contratos (clientes)	(22.350)	(20.155)
Custo entrega e distribuição	(23.410)	(23.450)
Outros custos	(20.276)	(15.801)
Custo fee bandeira	(7.985)	(9.169)
Custo antecipação de recebíveis	(7.191)	(7.107)
Custo com logística	(577)	(291)
Créditos tributários (a)	54.979	42.536
Total	(835.016)	(680.685)

(a) Valores relativos à recuperação da contribuição do PIS e da COFINS sobre os custos dos serviços prestados, instituída pela Lei nº 10.637/2002.

28. Despesa com pessoal

	31/12/2023	31/12/2022
Salários	(203.421)	(186.917)
Benefícios	(79.629)	(70.044)
Encargos sociais	(75.638)	(69.091)
Gratificação	(69.831)	(58.409)
Treinamento	(3.628)	(2.418)
Despesas diversas de pessoal	(6.208)	(6.239)
Total	(438.355)	(393.118)

29. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Despesa de <i>marketing</i>	(162.960)	(120.848)
Despesas com infraestrutura	(143.914)	(103.683)
Depreciações e amortizações	(133.722)	(101.444)
Despesas compartilhadas	(84.578)	(58.930)
Honorários profissionais	(37.180)	(24.057)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(19.654)	(14.180)
Outras despesas administrativas	(17.991)	(14.797)
Serviços de terceiros	(7.645)	(6.895)
Despesas de contribuições e doações	(7.008)	(4.575)
Despesas com telefonia	(2.246)	(2.351)
Despesas com material de escritório	(177)	(263)
Tributos e taxas administrativas	(91)	(216)
Total	(617.166)	(452.239)

30. Outras receitas / (despesas)

	31/12/2023	31/12/2022
Perdas operacionais (a)	(84.408)	(5.883)
Outras despesas operacionais	(2.087)	(3.171)
Outras receitas (b)	49.345	-
Reversão para perdas esperadas	1.372	4.633
Total	(35.778)	(4.421)

(a) Perdas reconhecidas devido ao aprimoramento de processos de controles internos da companhia.

(b) Reconhecimento de contestação com estabelecimentos por decurso de prazo.

31. Resultado financeiro

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicações financeiras	441.013	235.021
Programa de incentivo a vendas	34.530	59.046
Antecipação de recebíveis	9.037	8.014
Juros e multas recebidos	8.260	12.307
Variação cambial positiva	-	2.959
Outras receitas	3.634	2.562
Total de receitas financeiras	496.474	319.909
Abatimentos e descontos (a)	(322.004)	(495.301)
Despesas de serviços financeiros	(46.774)	-
PIS e COFINS sobre a receita financeira	(23.701)	(16.027)
Despesas bancárias	(14.399)	(11.443)
Variação cambial negativa	(4.960)	-
Juros arrendamento mercantil	(704)	(153)
Atualização monetária	(1)	(718)
Outras despesas	(2.447)	(426)
Total de despesas financeiras	(414.990)	(524.068)
Resultado financeiro	81.484	(204.159)

(a) Aplicação de descontos e/ou bonificações para manutenção e/ou captação de contratos, como incentivo comercial.

32. Gestão de Riscos

32.a. Contexto Operacional

O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Diretoria de Governança e à Presidência da Sociedade. Este modelo é corroborado por papéis e responsabilidades definidos de maneira a firmar a segregação entre as atividades de gestão de riscos e controles que são executadas na controladora indireta “EloPar” de forma a garantir a devida independência entre as áreas de negócio e de suporte das controladas.

Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do grupo junto à alta direção são os Comitês de Gestão de Riscos de cada uma das controladas, e os Comitês de Riscos com os sócios controladores. São apresentados mensalmente nos Comitês os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos da Sociedade. Este é o grupo que tem como responsabilidade garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Riscos, assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento.

A Área conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de riscos, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o grupo e de acordo com as regulamentações vigentes. Além das boas práticas de mercado, a Sociedade dispõe de estrutura para o gerenciamento do risco operacional, risco reputacional, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital, que trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos.

32.b. Risco de crédito

A atividade de gerenciamento de risco de crédito é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Diretoria de Governança tem como diretrizes identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de crédito de contraparte proveniente de suas operações comerciais e garantir que todos os riscos possíveis de serem considerados são conhecidos e foram mitigados da melhor forma, e são aceitáveis para a Sociedade. Tudo com o objetivo de salvaguardar perdas no futuro, e por consequência seu capital, fazendo com que ele seja utilizado de forma segura e rentável.

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar o risco de crédito com o intuito de proteger-se de um eventual risco de inadimplência das contrapartes.

32.c. Risco de mercado e liquidez

A atividade de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Sociedade está exposta a risco cambial e de taxa de juros da carteira de não negociação em decorrência de suas atividades financeiras e comerciais normais.

O monitoramento da exposição ao risco de mercado é realizado através do cálculo do EVE (*Economic Value of Equity*), adaptado ao modelo de negócio da Sociedade, onde são apurados os impactos das variações das taxas de juros nos fluxos de caixa futuros dos ativos financeiros da Sociedade.

A Sociedade considera como cenário base um choque de 300bps (bases *points*) no horizonte de 30 dias para o risco de taxa de juros da carteira de não negociação.

A tabela a seguir mostra o potencial impacto no patrimônio líquido decorrente do choque aplicado:

	31/12/2023	31/12/2022
Exposição ao risco de mercado	6.057.047	2.813.671
Choque 300bps R\$/MM	46.585	24.210
Choque 300bps % PL	5,40%	2,70%

O aumento na exposição do risco de mercado se deve às mudanças regulatórias nos produtos do PAT (Programa de Alimentação ao Trabalhador), mais especificamente pelo Decreto nº 10.854/21 e pela Lei nº 14.442/22, de modo em que os produtos passaram a ter um comportamento pré-pago, reduzindo contas a receber e aumentando caixa da Sociedade.

A Sociedade está exposta ao risco de liquidez de mercado e ao risco de liquidez de fluxo de caixa, decorrente das suas operações financeiras diárias.

A Sociedade possui plano de contingência de liquidez (PCL), aprovado pelo Conselho de Administração, que contém as principais diretrizes sobre alçadas, ações e governança a serem seguidas para o caso de necessidade decorrente de um potencial cenário de insuficiência de liquidez identificada.

O monitoramento do risco de liquidez é realizado em processos diários de análises dos fluxos de caixa, através de modelo de LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), adaptado ao modelo de negócio da Sociedade, onde são apurados os impactos das variações nos fluxos de caixa realizadas e projetados.

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar, de acordo com os passivos financeiros não derivativos. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados.

Passivos financeiros não derivativos	Total	Até 365 dias	Acima de 365 dias
Fornecedores	76.533	76.533	-
Contas a pagar operacionais	3.723.319	3.723.319	-
Obrigações com portadores	2.619.474	2.619.474	-
Programa de incentivo a vendas	33.806	33.806	-
Salários e encargos	103.428	94.651	8.777
Impostos e contribuições a recolher	66.769	66.769	-
Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis	89.197	9.574	79.623
Dividendos a pagar	97.901	97.901	-
Arrendamento mercantil	6.590	4.844	1.746
Outras contas a pagar	355.043	354.779	264
Passivo fiscal diferido	30.703	-	30.703
Total	7.202.763	7.081.650	121.113

Os valores classificados em “Contas a pagar operacionais” decorrem dos valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais, conforme utilização dos instrumentos de pagamentos dos usuários de cartões, e dessa forma compõem agenda de liquidação junto aos estabelecimentos credenciados.

Dado o modelo de negócio da Sociedade em administrar recursos de clientes disponíveis para utilização por meio de seus instrumentos de pagamento, e formação de agenda para liquidação em aproximadamente 20 (vinte) dias para os estabelecimentos, todos os valores são considerados disponíveis para uso, ou seja, com vencimento até 1 (um) mês para fins de análise e monitoramento do risco de liquidez da Sociedade.

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar os riscos de mercado e liquidez com o intuito de proteger-se de eventuais perdas que comprometam a saúde financeira da Sociedade, bem como o cumprimento de suas obrigações.

32.d. Risco operacional

As atividades de gerenciamento de risco operacional são executadas por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da Sociedade. A existência da Área está alinhada com as melhores práticas de mercado e políticas internas da “EloPar”, controladora da Sociedade.

32.e. Gestão de capital e risco reputacional

A atividade de gerenciamento de capital e risco reputacional é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A estrutura de gerenciamento de capital e reputacional, mantém processo de monitoramento e controle, garantindo que o capital da Alelo esteja compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e com a dimensão de sua exposição a riscos.

33. Transações não-caixa

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Transações de investimentos não-caixa			
Contratos de arrendamento	11	2.641	5.267
Total		2.641	5.267

34. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 21.188 para danos materiais e R\$ 283 para responsabilidade civil (Em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 17.599 e R\$ 141 respectivamente).

35. Regulamentações do Banco Central do Brasil (BACEN)

Em razão da Lei nº 12.865, publicada em 09 de outubro de 2013, as atividades exercidas pela Sociedade, na qualidade de Instituição de Pagamento nas modalidades de Emissoras de moeda eletrônica, instrumentos pós-pago e credenciadora, estão sujeitas à regulação e supervisão do Banco Central do Brasil (BACEN), conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela regulamentação complementar editada pelo próprio BACEN. Neste sentido, a Sociedade deverá atentar-se ao fiel cumprimento de regras que abrangem a gestão de riscos, níveis mínimos de patrimônio líquido, dentre outros requisitos ou obrigações estabelecidas pelo regulador. A Sociedade tomou todas as providências necessárias para adequação à legislação do BACEN, visando estar em plena conformidade no momento da concessão da autorização de funcionamento pelo BACEN.

Em complemento às demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade estará sujeita à divulgação, a partir da autorização de funcionamento emitida pelo BACEN, das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o conjunto de critérios, procedimentos e regras contábeis consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, o qual diverge de algumas práticas adotadas atualmente.

36. Eventos subsequentes

(a) Em 5 de fevereiro de 2024, a Elo Participações Ltda (“EloPar”) e suas controladas Alelo Instituição de Pagamento S.A. (“Alelo”), e Livelô S.A (“Livelô”), em conjunto com seus controladores indiretos Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A., encaminharam através de suas controladas, respectivamente Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda (“Quixaba”) e BB Elo Cartões Participações S.A. (“BB Elo”), comunicado aos “Acionistas Controladores” da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”), informando a respeito de sua decisão de realizarem, uma oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias da Companhia para (i) conversão de registro de companhia aberta na CVM, da categoria “A” para “B” e (ii) para saída do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), de acordo com a legislação aplicável e o estatuto social da Cielo. O pedido de registro da OPA na CVM será realizado no prazo previsto na regulamentação vigente.

A OPA será lançada pelos (i) Acionistas Controladores (Quixaba e BB Elo) e sociedades (ii) EloPar, (iii) Alelo e (iv) Livelô, com o objetivo de realizar a aquisição, até a totalidade de ações ordinárias de emissão da Companhia, exceto por aquelas detidas pelas Ofertantes e/ou pelos Acionistas Controladores, direta ou indiretamente, e ações detidas pela própria Companhia e mantidas em tesouraria (“Ações Objeto da Oferta”). O preço ofertado de cada ação objeto da OPA será de R\$ 5,35 reais.

A EloPar contratou empresa avaliadora independente para elaborar o laudo de avaliação da Companhia. A data base considerada para avaliação da Companhia foi 31 de dezembro de 2023.

A operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições, incluindo as aprovações legais e regulatórias aplicáveis das autoridades governamentais competentes. Os demais termos e condições da OPA serão oportunamente disponibilizados ao mercado, de acordo com as normas aplicáveis.

- (b) Como principais fatos ocorridos no ano de 2024, destacamos a autorização da empresa Alelo Instituição de Pagamento S.A. para funcionamento como instituição de pagamento, nas modalidades emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador, conforme publicado no Diário Oficial da União nº 60 de 27.3.2024, Seção 3, página 165.

Alelo Instituição de Pagamento S.A.



Cesario Narihito Nakamura

Diretor Presidente

Esther Dalmas

Diretora

Flávio Augusto Corrêa Basilio

Diretor

Marcos Antônio Ribeiro dos Santos

Contador

CRC 1SP225353/O-0